

MAPAS ALTERNATIVOS E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Gisele Girardi*

Resumo

Este artigo busca abrir alguns entendimentos sobre mapas alternativos, visando problematizar alguns encaminhamentos da educação cartográfica escolar. Inicia problematizando sobre como os mapas realizam certo tipo de imaginação espacial, com amparos em Gilles Deleuze, Félix Guattari e Sueli Rolnik. Identifica a origem do mapa que chamamos de “maior” (convencional, “normal”) como herança de um modo de ver o mundo que vem do período moderno, na atualidade reiterada pelo estado e pela escola. Apresenta possibilidades de mapas alternativos como mapas “menores” (variações), abordando mapas do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e *Google Earth*. Apresenta reflexões sobre a discussão cartográfica na Geografia e finaliza apontando a educação geográfica escolar como o lugar de desestabilização do território da Cartografia maior.

Palavras-Chave: Cartografia geográfica. Mapas alternativos. Educação geográfica.

ALTERNATIVE MAPS AND GEOGRAPHIC EDUCATION

Abstract

This paper aims to open some insights into alternative maps in order to raise some forwards of the cartographic education at school. Starts questioning about how maps perform a certain kind of spatial imagination with props in Gilles Deleuze, Felix Guattari and Sueli Rolnik. Identifies the origin of the map that we call "major" (conventional, "normal") as a mode of inheritance of seeing the world that comes from the modern period, reiterated today by state and school. Presents possibilities for alternative maps as “minor” maps (variations), covering maps of New Social Cartography of Amazon Project and Google Earth. Presents some reflections about the cartographic debate in Geography and concludes that the geographical education in the school is the place of destabilization of the territory of "major" Cartography.

Key-words: Geographic cartography. Alternative maps. Geographic education.

Introdução

Ao fazermos menção a mapas alternativos, o sutil primeiro movimento que faz nosso pensamento é buscar “o outro”, o que seria o “normal”. Em certa ocasião, já há alguns anos, estive em um diálogo acadêmico com colegas da área de Psicologia que se dedicavam aos estudos das obras de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Sueli Rolnik, e o convite para este

*Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: gisele.girardi@ufes.br

diálogo havia sido feito pelo fato de, naquele momento, estarem estudando o capítulo denominado “o cartógrafo” do livro “Cartografias Sentimentais: transformações contemporâneas do desejo”, de Sueli Rolnik (2007). Há neste e em outros escritos desta autora, assim como nos de Gilles Deleuze e de Félix Guattari, o uso dos termos mapa e cartografia, que são tomados como conceitos. O conceito “mapa” é usado para dizer de referências (não necessariamente fixas) com as quais as pessoas lidam com o mundo, ou seja, como elas se territorializam; mas este mundo e estas pessoas mudam o tempo todo, exigindo que este mapa seja refeito o tempo todo. Portanto, o mapa nunca está pronto, mas constantemente sendo refeito, ora de modo mais lento, ora de modo mais brusco. O que impulsiona mudanças no mapa são fluxos de intensidades que promovem a desterritorialização, já que, se o território não é mais o mesmo, o mapa também não pode ser. O novo mapa revela uma reterritorialização, que já é territorialização (pois se estabiliza), que pode ser novamente desterritorializada, e assim por diante.

Se o mapa é esta referência, ou estabilização, ainda que efêmera, a cartografia é o acompanhamento das forças que impulsionam a mudança no mapa decorrente dos desmanchamentos do território. Estas forças são denominadas pelos citados autores como linhas de fuga. A cartografia, nesta perspectiva, é a esquizoanálise ou análise das linhas de fuga, que

“acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos” (ROLNIK, 2007, p. 23)

Naquele contexto das conversas com o grupo de colegas da Psicologia as aproximações com o campo da Geografia tinham a intenção de ampliar o entendimento do que seriam estes termos (território, mapa, cartografia) que não fosse pela sua apropriação como conceitos na perspectiva que foi, de modo muito breve, acima apresentada. Em um de nossos encontros levei uma diversidade relativamente grande de mapas usualmente trabalhados na Geografia para apresentar suas características e diferenças. Mapas topográficos, mapas turísticos, mapas temáticos construídos com diferentes procedimentos e sobre diferentes temas, mapas históricos, mapas infantis, e também alguns modelos gráficos (coremas) e croquis. Alguém do grupo manifestou que nunca havia imaginado que os mapas eram tão diversos. Perguntei-lhes, e é esta a imagem que interessa aqui, o que lhes vinha à mente (como lembrança, memória, imagem) quando ouviam ou liam a palavra “mapa”. Após

um breve silêncio, um deles disse que o que lhe vinha de imediato eram “aqueles mapas do Mundo e do Brasil, grandes, coloridos, que ficavam pendurados nas paredes das salas de aula que havia frequentado no ensino básico...”. Mesmo silentes muitas cabeças acenaram afirmativamente, reiterando a imagem apresentada pelo colega.

Nesta imagem encontramos o símbolo máximo do mapa maior. Gilles Deleuze e Félix Guattari apresentam a ideia de maior como “uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. [...] o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas e o minoritário como devir potencial e criado, criativo” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 52). A distinção de *maior* e *menor* dos autores não se refere às quantidades, às dimensões mensuráveis, mas àquilo que é a constância (o maior) e a variação (o menor). O menor é subsistema do maior na medida em que não disputa hegemonia com este; o maior é sempre já dado e o menor é sempre devir.

Os mapas do Brasil e do Mundo citados pelo colega psicólogo são maiores justamente porque, em nossa cultura ocidental e escolar, converteram-se na medida padrão para todos os outros mapas, transformaram-se na ideia de mapa. Não aqueles mapas específicos: certamente os que acenaram a cabeça não viram os mesmos mapas, mas compartilharam a construção da noção ocidental de mapa que aqueles carregam. Quando se fala em mapa alternativo, a relação é, em regra, estabelecida a este mapa maior. Assim, poderíamos dizer inicialmente que mapas alternativos são (podem ser) mapas menores.

A língua portuguesa admite vários sentidos para o adjetivo “alternativo”, como o de alternância (um *e* outro), o de escolha (um *entre* vários), o de substituição (um *ou* outro) e o de oposição (um, *mas não* outro). No uso informal, o termo “alternativo” pode se transformar em substantivo, carregado de uma determinada ideia de ser e estar no mundo, romântica, harmônica, “de esquerda”. Desde a emergência do movimento hippie, o substantivo “alternativo” nos remete a uma ideia de liberdade e de contra-hegemonia. No âmbito dos produtos cartográficos, o sentido dado pelo “alternativo” como substantivo tende a ser mais forte em nosso imaginário, carregando o mapa para um domínio de combate social. De fato, a inserção do mapa como linguagem em movimentos políticos diversos parece justificar isto, mas o sentido do político para o qual queremos chamar a atenção se dá menos no campo do pragmático (ainda que também neste) e mais no campo da política espacial que o mapa realiza. Quando a imagem primeira de um mapa que nos vem à mente é a que valoriza o estado (seja nos mapas-múndi, seja no mapa do Brasil) significa que uma política de imaginação espacial está a agir em nós.

Os produtos cartográficos que encontramos com o rótulo de “alternativos”, realizam todos os sentidos de adjetivação que o léxico apresenta como possibilidade. Buscaremos abrir alguns entendimentos sobre mapas alternativos, utilizando estas possibilidades como ancoragens para a apresentação de algumas ideias, visando problematizar alguns encaminhamentos da educação cartográfica escolar.

Origens da maioria do mapa

Oliveira Jr. (2011) argumentou que os mapas escolares fazem parte de uma política de educação visual que reafirma o político-administrativo como força e, com isso, molda certo tipo de imaginação espacial. Para este autor, os mapas fazem parte

“da ficção que o Estado cria, dos discursos de verdade que circulam entre nós. Eles, os mapas, estão a nos educar o pensamento por meio da educação dos olhos para esta ficção, uma educação que nos leva a memorizar as fronteiras políticas como a única maneira de nos movimentarmos – encontrarmos os lugares, referenciá-los, relacioná-los uns aos outros – nas obras cartográficas. Uma evidente política de criação de uma memória pública. Podemos dizer que este é um gesto cultural, nada inocente, de apagamento de outras maneiras de imaginar o espaço, de relacionar lugares, de estabelecer conexões e ações territoriais que não aquele ancorado nas marcas territoriais implementadas e reguladas pelo Estado” (OLIVEIRA JR., 2011, p. 6).

O que encontramos nas palavras de Oliveira Jr. são os resultados de um longo esforço de constituição de uma linguagem, a linguagem cartográfica, na sua captura pelo estado. Se, por um lado, como diz este autor, o mapa realiza uma política de imaginação espacial, na medida em que insiste em dizer o que o espaço é, do mesmo modo a presença destas imagens entre nós, marcadamente no ambiente escolar, realizam igual congelamento sobre o que o mapa é, e é isso que o episódio mencionado no início deste texto faz emergir. Ou seja, o mapa maior é eficiente no endurecimento conceitual do espaço e do próprio mapa. As implicações disso é que os alternativos, os menores, muitas vezes, dependendo do tipo de combate que estabelecem, são desconsiderados enquanto cartografia e mapa, pois não se enxerga na imagem em si elementos para correspondência ao modelo padrão, ao maior. Mas esta é uma leitura rasa, porque é o menor que está sempre a fazer expandir o maior.

Se olharmos para a história dos mapas veremos que, no limite, trata-se de uma história de substituições, alternâncias, escolhas. Mas isso, claro, vai depender do modo como se compreende esta história. Vejamos: a nomenclatura “mapa” dada a um objeto cultural específico

só ocorreu no século XVI¹. O que a palavra nominou foi uma imagem criada num contexto muito específico, que inaugurou um modo de olhar. Este modo de olhar projecionista (o olhar de cima, ou truque do olho de Deus, ou olho de Apolo) é, de todos os elementos formais do que concebemos como mapa, o que parece dar maior identidade a este objeto, a esta linguagem. O contexto da nomenclatura do objeto é o da emergência do capitalismo mercantil *pari passu* com a emergência do estado moderno e a visão de cima, totalizadora, onipresente, respondia a este contexto.

A história da cartografia, na perspectiva da linearidade e da evolução técnica, é contada como uma sucessão de substituições, como é contada, de um modo geral, a história da evolução dos objetos técnicos. Este incremento é tributário do desenvolvimento técnico e científico da sociedade capitalista ocidental, na medida em que recursos naturais, propriedade da terra, deslocamentos/distâncias convertem-se em elementos de sustentação do sistema. Mapas vão se substituindo nesta linha de abordagem, porque sempre se supera tecnologicamente o anterior. A busca é pela acurácia e por isso o aporte tecnológico se transforma em um artifício de valoração dos mapas. Trazendo um exemplo desta abordagem para o contemporâneo, um croqui feito à mão e um mapa do tipo *Google* podem cumprir a mesma função e terem sido construídos simultaneamente, mas se olhados com a lente do incremento tecnológico ocupam lugares muito distintos na “hierarquia” de mapas que esta leitura promove. Assim, toda produção cartográfica da humanidade que não seja constituída nos mesmos rigores técnicos que caracterizam um mapa convencional (a escala, a legenda, a orientação, a projeção, a visão vertical ortogonal) é alternativa a este último, neste caso alternativo no sentido de oposição: não é mapa (Figura 1).



Figura 1 – Artefato dos Inuits da Groenlândia. (Imagem disponível em <http://spacecollective.org/mslima/3220/Inuit-Wood-Maps>)

¹ De acordo com o *Online Etymology Dictionary* a palavra “mapa” surge em 1520, como abreviação de “mappa mundi”, tanto na tradição inglesa (mapemounde) como francesa (mapemonde), sendo que “mappa” deriva de “napkin” (inglês) ou “nappe” (francês), em ambos os casos significando pano ou toalha de mesa em que os mapas eram desenhados.

Em um pedaço de madeira foram esculpidos os contornos do litoral. Este artefato era utilizado para guiar a navegação costeira. Os Inuits os mantinham dentro das luvas para, na impossibilidade de ver os detalhes da costa (como à noite ou sob neve), senti-los. Este artefato em sua funcionalidade não deve em nada às cartas náuticas. Considerá-lo mapa, ou mapa alternativo, ou não mapa é menos uma questão da finalidade e mais de estabelecimento de um modo hegemônico de ver e falar do mundo.

Com os trabalhos de Woodward e Harley a história dos mapas passou a ter outra abordagem. Estes pesquisadores realizaram um extenso levantamento de artefatos de diferentes sociedades, sistematizados nos volumes do grande projeto editorial *“The History of Cartography”*². Um relevante legado destes autores foi o deslocamento do uso da palavra “mapa” de sua origem etimológica estrita, entendendo produções gráficas sobre espaços como sendo uma inerência das sociedades humanas, em qualquer tempo, em qualquer região do planeta. Ao fazerem isto, deram legitimidade a estes objetos que se constituíam com princípios, técnicas e modos distintos daquele que era entendido como “o” mapa: a produção gráfica projecional, eurocêntrica, escalar e representacional.

“Também aceitamos que um tema fundamental na História da Cartografia é o desenvolvimento científico do mapeamento, com suas relacionadas instrumentação e crescente sofisticação matemática. Tomado isoladamente, no entanto, este aspecto não fornece uma visão equilibrada do desenvolvimento de mapas da história. Assume-se uma progressão histórica linear e, além disso, (um pouco anacronicamente), assume-se que a precisão na medição e a abrangência eram tão importantes em todo o passado como têm sido no período atual. Assim, é no mínimo discutível que uma ênfase exagerada sobre as fronteiras científicas e as revoluções de mapeamento, em pontos de referência e inovações, ou sobre a saga de como o não mapeável foi finalmente mapeado, distorceu a história da cartografia: a importância histórica de mapas também deve ser relacionada com as implicações sociais de seus variados formatos e temas” (HARLEY, 1987, p. 4. Tradução nossa).

O que Harley pontua é a legitimidade de todos os modos de mapear. Não há neste caso sentido de “alternativo” algum. São todos mapas. A mudança que Harley (1991) defendeu foi no modo de vê-los. Ainda que se apontem na atualidade lacunas teóricas e metodológicas na

²O projeto editorial prevê seis volumes. Foram editados por Harley e Woodward os seguintes volumes: 1: *Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean* (1987); 2(1): *Cartography in the Traditional Islamic and South Asian Societies* (1992); 2(2): *Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies* (1995). Após o falecimento de Harley, Woodward ainda editou os volumes: 2(3): *Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian, and Pacific Societies* (1998) e 3: *Cartography in the European Renaissance* (2007, publicado postumamente). Os demais volumes estão sendo editados por colaboradores e estão no prelo: 4: *Cartography in the European Enlightenment*; 5: *Cartography in the Nineteenth Century*; 6: *Cartography in the Twentieth Century*. Os volumes 1 e 2 estão disponíveis na internet (<http://www.geography.wisc.edu/histcart/>).

obra de Harley, seu impacto na cartografia maior foi significativo, especialmente ao revelar a “esquizofrenia ontológica” em que a corporação de cartógrafos imergia. Ao “desconstruir o mapa” Harley (1989) buscou mostrar as estratégias de poder-conhecimento, que chamava de “agendas secretas”, que sustentavam o mapa, quebrando a máscara da neutralidade da linguagem cartográfica que era (e de certo modo ainda é) presente na produção de mapas.

A despeito da contribuição de Harley e outros sobre as possibilidades de entendimento do mapa na sociedade, o mapa ocidental ainda é tomado, com força, como referência e esta reiteração é indubitavelmente constituída no âmbito da escolarização formal, mais especificamente na disciplina de Geografia.

Possibilidades do alternativo

A noção da origem do mapa-padrão e sua persistência como referência (feita pelo estado, pela escola) que procuramos construir nos servirá de base para o entendimento das possibilidades do alternativo. Fonseca (2012) alerta para o fato de que tudo no mapa são escolhas, mas que há escolhas que pouco se ousa fazer tal o grau de naturalização do modelo. A autora refere-se especificamente às projeções que compõe o fundo do mapa, como se a geometria euclidiana que suporta a maior parte das projeções (pretensamente controlando os erros advindos das distorções inerentes do desenvolvimento da esfera em um plano) não fosse uma escolha, mas um dado do real. Podemos assim, entender as escolhas feitas fora do mapa-padrão como colagem da adjetivação “alternativo” aos mapas. Situam-se aí as anamorfoses (Figura 2).

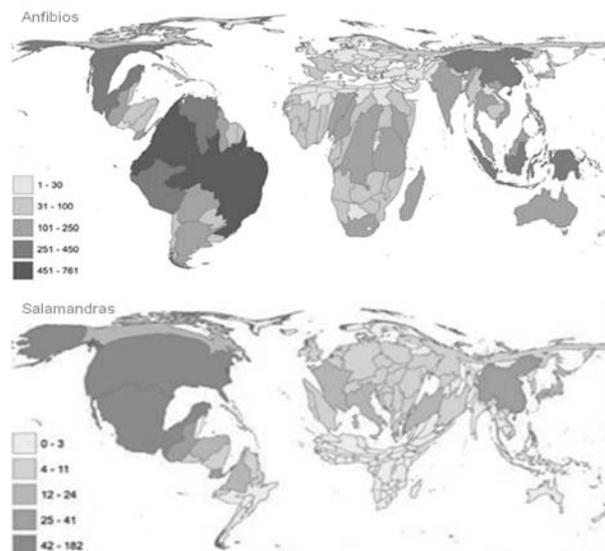


Figura 2 – Exemplos de anamorfozes. O mapa superior tem como tema a diversidade de anfíbios (todas as espécies) e o mapa inferior a diversidade de salamandras, por país. A área dos países é proporcional à quantidade de espécies de anfíbios e de salamandras. A métrica do fundo de mapa deixou de ser a área física (km²) dos países para assumir o valor da informação, que é confirmado pelas tonalidades. Imagem disponível em:

<<http://amphibiaweb.org/amphibian/cartograms/>>

Para nos aprofundarmos em algumas destas possibilidades, iremos nos valer de dois exemplos, o da nova cartografia social e o do *Google Earth*. Em ambos os casos a ênfase será na produção e no uso dos produtos cartográficos gerados.

Se observarmos o extenso volume de mapas produzidos no âmbito do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia uma noção de alternativo se mostra. Este projeto se originou como uma ação para visibilização de populações (suas territorialidades, suas práticas) habitantes na área do projeto Grande Carajás, nos anos 1990, que haviam sido desconsideradas nos mapas realizados por vários órgãos produtores de cartografias convencionais “oficiais” (Almeida, 1993). Se, por um lado, os “temas” dos mapas dos levantamentos eram voltados aos recursos naturais, por outro constituíam um fundo para o discurso do vazio demográfico, muito presente no processo de ocupação e exploração da Amazônia.

A estratégia das comunidades de se fazerem visíveis ao poder foi a de registrar sua existência e territorialidade na mesma linguagem utilizada pelo poder: a cartográfica convencional. Por este motivo, uma das grandes ações do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (que posteriormente desdobrou-se em outras séries³ que abarcam grupos sociais de

³ Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos; Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil; Conflitos nas Cidades da Amazônia; Crianças e adolescentes em Comunidades Tradicionais da Amazônia; Faxinalenses no sul do Brasil; Quilombolas do Sul do Brasil e Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil Central. Até julho de 2012 haviam sido publicados cerca de 80 fascículos (disponíveis em www.novacartografiasocial.com).

várias partes do país) é o empoderamento cartográfico por meio de oficinas, treinamento em tecnologias de geoposicionamento, criação de legenda – tanto a escolha do que deve ser incluído como o modo gráfico que será utilizado (formas, cores etc.), que são, finalmente, apresentados com os elementos do rigor da cartografia maior: fundo de mapa euclidiano (alguns com imagens de satélite ao fundo), coordenadas geográficas, escalas e demais elementos dos mapas convencionais.

Que noção de “alternativo” temos nestes mapas da nova cartografia social da Amazônia? Diferentemente do que é apresentado por Fonseca (2007), que lida com o alternativo como escolha distinta da cartografia convencional e, portanto, um alternativo na própria linguagem (mudar a métrica do fundo de mapa), os mapas da nova cartografia social tem o alternativo constituído fora da linguagem, ou melhor dizendo, na apropriação da linguagem para a disputa territorial, deste modo não só falam na linguagem do poder (a cartografia convencional), mas também tem o extensivo do espaço enquanto base da disputa. Deste modo o alternativo é na substituição do conteúdo do mapa, no inserir-se como conteúdo do mapa.

Outro exemplo de alternativo a que recorreremos é o encontrado na análise que Kingsbury e Jones (2008) fazem do *Google Earth*. O caminho que os autores tomam para desenvolver a argumentação são os aspectos “apolíneos” e “dionisíacos” do *Google Earth*, baseados em grande medida no “Nascimento da tragédia” de Friedrich Nietzsche. Apolo é o deus grego da beleza, da sobriedade, da racionalidade, da iluminação, da ordem. Os aspectos apolíneos seriam então o ordenamento, a métrica, o controle, o rigor, a ciência que sustentam o discurso de credibilidade das imagens de satélite de alta resolução do *Google Earth*, mas também os mapas. Dionísio é o deus da embriaguez, dos ciclos vitais, do vinho, da alegria, do prazer, das festas. Os aspectos dionisíacos seriam uma espécie de subversão na ordem dos mapas. São exemplares, em relação ao *Google Earth*, os vídeos disponíveis no *Youtube* (www.youtube.com) com títulos como “*Google Earth Secrets*” ou “*Google Earth Secret Places*”. Há diversos exemplares deles, mais ou menos com o mesmo roteiro: iniciam na visão do globo que vai sendo rotacionado em alta velocidade e logo após mergulham no *zoom* até encontrar imagens que bem poderíamos chamar de “bizarras”, como inscrições em lavouras ou em campos (de desenhos, de logotipos corporativos, de palavras – e palavrões), inscrições em rochas (dos mesmos tipos das anteriores, acrescidos de desenhos “místicos”), veículos diversos em situações incomuns, como navios tombados, aviões em meio a estacionamentos de supermercados, caminhões em chamas em estradas, até cenas do cotidiano, como feiras, pessoas nuas tomando banho de sol e tantas outras. Entre uma e outra

imagem de detalhe inverte-se o zoom para um continente reconhecível e um novo mergulho. Assim a sucessão de imagens, idas e vindas, na velocidade em que são apresentadas nos causam uma sensação vertiginosa, inebriante, dionisíaca.

As perspectivas apolínea e dionisíaca são alternativas de uso de um mesmo produto. O alternativo, aqui, vem no sentido da alternância. Nunca é uma coisa só, mas uma e outra. Assim como Nietzsche atribui a Sócrates a primazia de Apolo, e com isso a decadência da tragédia grega (que conjugava necessariamente os elementos apolíneos e os impulsos dionisíacos), podemos pensar no legado da cartografia convencional ocidental, racional e científico, como o aprisionamento (e decadência) de imaginações espaciais. A captura da imaginação espacial por mapas do tipo ocidental (que faz com que os verbos “mapear” e “espacializar” sejam amplamente utilizados como sinônimos) é uma marca forte nas instituições geográficas (academia, escolas de ensino básico, empresas...). É, felizmente, menos forte fora delas. Por isso que tendemos a situar aí os mapas alternativos.

E na Geografia...

A tradição cartográfica na Geografia tem sido tão vigorosa quanto negada. Vigorosa porque entranhada em todos os fazeres “miúdos” e consolidados da prática geográfica, estes que amiúde nos vem como natural. Exemplificando, o reconhecimento do país nos anos iniciais do ensino fundamental vem com o mapa do Brasil. Ensinamos e aprendemos o reconhecimento dos contornos, como sendo natural que iniciemos por aí nossa identidade como brasileiros, como vimos em Oliveira Jr. (2011).

Outro exemplo do “miúdo” é a localização da “área em estudo” que ilustra a imensa maioria dos trabalhos científicos e técnicos em geografia. E localização significa, em muitas vezes, a descrição das coordenadas geográficas e dos recortes administrativos superiores, como se o único possível de localização fosse a localização absoluta.

Não se está afirmando aqui que estas ações cartográficas não sejam pertinentes em si, mas chamando a atenção de que elas são práticas incorporadas sem que se considere outra forma de fazer, porque parecem naturais. Esta é a força da cartografia na captura do pensamento sobre o espaço. De uma sutileza... brutal.

Se no “miúdo” a proliferação dos usos da cartografia tem esta característica de natureza, em instâncias como a acadêmica, focando mais especificamente as produções teóricas da geografia, há uma noção generalizada da asfixia que o legado cartográfico

promove. E, se já há um relativo acúmulo crítico a este respeito, a dificuldade de ultrapassar este patamar para algo mais propositivo é imensa. Moreira (2004), Massey (2008) entre (poucos) outros, para citar exemplos, apontam o problema com grande clareza, e ambos, mesmo tendo referenciais distintos, reivindicam uma reinvenção da cartografia para a Geografia contemporânea.

Um esboço destas possibilidades reinventivas é dado por Crampton e Krygier (2006), que vão falar da cartografia atual como campo indisciplinado, ou seja, as possibilidades de se fazer mapas são tão numerosas em virtude dos avanços nas tecnologias de informação e comunicação e da disponibilização de dados na internet, que muitas áreas de ciência e tecnologia (seja pesquisa, seja aplicação) fazem mapas. A decorrência deste indisciplinamento é a extinção do cartógrafo (Wood, 2003), aqui simplificada como aquele que dominava o arranjo das formas, mas do qual não se exigia grandes aprofundamentos nos conteúdos da informação mapeada (que foi a base dos modelos de comunicação cartográfica). A interatividade atual que a tecnologia permite que se tenha com os mapas é um fator de sua desmitificação, ainda que muitos autores da cartografia (e também da Geografia) apontem mais os erros cartográficos dos produtos gerados pelos não especialistas do que as potências desta prática.

Além do indisciplinamento, Crampton e Krygier (2006) falam da diversidade de mapeamentos existentes que poderiam se constituir em forças de arejamento da cartografia. Isto compõe uma linha importante do campo da “Cartografia crítica”. Artistas, ativistas, hackers agitam um universo de produção de mapas sem as amarras das convenções (D’INAZIO, 2009; OLIVEIRA JR.; 2012; FRANCO, 2012); os mapas estão também nos jogos (físicos e virtuais), em muitas páginas da internet, em propagandas imobiliárias... As produções extra-acadêmicas de mapas não são poucas, nem em quantidade, nem em diversidade. É bem provável que sejam em maior número que os da produção acadêmica/institucional/escolar. E é importante que criemos meios para que elas nos provoquem, façam mover a própria cartografia maior, é preciso então investir em outra educação cartográfica.

Na tentativa de apreender o estado da arte da produção cartográfica na Geografia, foi realizada, com base nos grupos de pesquisa CNPq e teses da Geografia, uma “cartografia” (no sentido de Deleuze, Guattari e Rolnik) da Cartografia Geográfica brasileira (GIRARDI, 2011). Nela foi identificada a diminuta produção sobre cartografia em Geografia, o que está a nos dizer, veementemente, que a desterritorialização e a reterritorialização urgem, que os

mapas (ocidentais, modernos) estão se tornando obsoletos para os novos mundos e para novas ideias de mundo no contemporâneo.

À guisa de conclusão

A perspectiva de alternativo para mapas pode estar na própria linguagem cartográfica, no apropriar-se da linguagem para falar sobre o espaço, seja politicamente, seja poeticamente, no mapeamento que atualiza a memória... realizando, nestes combates, o sentido da minoridade do qual nos falamos Deleuze e Guattari (1995), sempre em devir. Que o campo da educação geográfica atue na desestabilização do território da Cartografia *maior* agente na Geografia, como o lugar de mapas e cartografias alternativas.

Agradecimentos

Agradeço a Ana Heckert, Leila Domingues, Cristina Lavrador, Sonia Pinto e Maristela Araújo, do DPSI-Ufes, pelas primeiras (e outras tantas que sucederam) conversas em torno de cartografias e mapas no diálogo com os conceitos de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Sueli Rolnik. Agradeço, também, a Ana Maria Hoepers Preve e Wenceslao Machado de Oliveira Júnior pelas contribuições a esse trabalho.

Este texto integra o Projeto “Imagens, geografias e educação” (processo CNPq 477376/2011-8).

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Falangola, 1993.
- CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. An introduction to critical cartography. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v.4, n.1, pp.11-33, 2006.
- D'IGNAZIO, Catherina. Art and cartography. In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel (eds.). *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford: Elsevier, 2009, v. 1, pp. 190–206.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. A naturalização como obstáculo à inovação da cartografia escolar. *Revista Geografares*, n.12, pp.175-210, jul. 2012.

_____. O potencial analógico dos mapas. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 87, pp. 85-110, dez. 2007.

FRANCO, Juliana Oliveira Rocha. Cartografias subversivas e Geopoéticas. *Revista Geografares*, n.12, p.114-137, jul. 2012.

GIRARDI, Gisele. Apontamentos para uma cartografia da Cartografia Geográfica brasileira. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 237-250, out. 2011.

HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. *O Correio da UNESCO*, v.19, n. 8, pp.4-9, 1991.

_____. Deconstructing the map. *Cartographica*, v.26, n.2, pp.1-20, 1989.

_____. The Map and the Development of the History of Cartography. In: HARLEY, John Brian; WOODWARD, David. *The History of Cartography: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*, v. 1, cap. 1, pp. 1-42, 1987.

KINGSBURY, Paul; JONES, John Paul. Walter Benjamin's Dionysian adventures on Google Earth. *Geoforum*, pp. 1-12, 2008. doi:10.1016/j.geoforum.2008.10.002.

KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris; DODGE, Martin. Thinking about maps. In: ____ (eds.) *Rethinking Maps*. New York: Routledge, cap. 1, pp. 1-25, 2009.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MOREIRA, Ruy. *O círculo e a espiral*. Niterói: Ed. AGB Niterói, 2004.

OLIVEIRA JR., Wencesláo Machado de. A educação visual dos mapas. *Revista Geográfica de América Central*. Costa Rica: Número Especial EGAL, p. 1-16, 2011.

_____. Mapas em deriva: imaginação e cartografia escolar. *Revista Geografares*, n.12, pp.01-49, jul. 2012.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Ed. UFRGS, 2007.

SEEMANN, Jörn. Subvertendo a cartografia escolar no Brasil. *Revista Geografares*, n. 12, pp. p.138-174, jul. 2012.

WOOD, Denis. Cartography is dead (Thank God!). *Cartographic Perspectives*, n. 45, pp. 4-7, 2003.

Recebido em: agosto de 2012
Aprovado em: outubro de 2012